PDS consegue quorum para

votação no Senado

BRASILIA (O GLOBO) — A sessão do Senado foi prorrogada ontem pela terceira vez às 22h25m, a requerimento do senador José Lins (PDS-CE), porque os senadores oposicionistas procuravam preencher o tempo com medidas para impedir a votação — e conseqüente rejeição — do projeto de lei do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) sobre as coligações partidárias.

Em uma de suas sessões mais longas e tumultuadas, o Senado conseguiu, depois de 45 dias, "quorum" para votação. Os trabalhos foram prorrogados duas vezes por um período de duas horas cada vez, o presidente da Mesa, Jarbas Passarinho, ameaçou suspender a sessão e um senador do PDS pediu garantias para entrar no plenário e poder votar.

A Oposição apresentou dezenas de questões de ordem e usou da palavra todas as vezes que o Regimento permitia, em uma longa tentativa de cansar o PDS e provocar o levantamento da reunião sem que houvesse tempo para votar a Ordem do Dia. Mas o partido do Governo, pela primeira vez desde 7 de abril, conseguiu manter 33 senadores em plenário, garantindo o quorum mínimo de 24 para votação (um oposicionista teve de permanecer para pedir verificação de quorum).

A sessão foi prorrogada por 120 minutos às 20h30m, quando só faltava, para que o PDS conseguisse vencer a obstrução, finalizar a discussão e passar à votação do projeto de lei do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) sobre coligação partidária. Esse projeto foi incluído na Ordem do Dia em regime de urgência, no início de abril, e desde então as oposições iniciaram o bloqueio para evitar ser ele derrotado e também para pressionar o governo a definir suas intenções quanto à legislação eleitoral.

TUMULTO

A sessão ordinária de ontem tornou-se tumultuada desde que o presidente Jarbas Passarinho anunciou a presença de 54 senadores, passando então à apreciação da Ordem do Dia. Inicialmente, seriam votados nove requerimentos de inversão da pauta: o primeiro, apresentado por Humberto Lucena, referia-se ao item 25, — um projeto de lei de Orestes Quéricia (PMDB-SP) dispendo sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Teve a proposição sua votação encaminhada pelas oposições, provocando a ironia de Jarbas Passarinho — que ressaltou "a alta relevância do assunto" — e a intervenção de José Lins (CE), vice-líder do PDS, que afirmou ter autorização da maioria para comunicar a aprovação de todos os requerimentos de inversão. Dessa maneira, segundo ele, a Oposição não teria mais motivo para encaminhar a votação dos requerimentos, a não ser que quisesse perder tempo e impedir a aprovação dos projetos da Ordem do Dia. Essa intervenção motivou violenta reação do líder do PMDB, e Marcos Freire (PE), que acusou José Lins de responsável pela situação do Senado. Segundo Freire, ao afirmar desconhecer o teor dos entendimentos mantidos entre os líderes do PDS e do PMDB sobre a aprovação do projeto de lei que dispõe sobre coligação partidária, com o compromisso firmado entre o par-

tido do Governo e a Oposição para levantar a obstrução, o senador cearense estaria tramando um golpe branco contra a liderança de Nilo Coelho.

Marcos Freire aproveitou para lembrar a posição adotada por Nilo Coelho no episódio das bombas do Riocentro, afirmando ter certeza de que o líder pedessista não faltaria à sua promessa de levar a plenário uma explicação sobre o fato.

Em resposta, Nilo Coelho reafirmou-se líder da bancada do PDS, e embora ratificando a declaração de José Lins de que fora a maioria da bancada do PDS, que resolvera não firmar compromisso de aprovar o projeto Humberto Freire sobre coligação partidária em troca da suspensão da obstrução, não confirmou nem desmentiu o fato anunciado em plenário pelo líder do PMDB, de que, em reunião no seu gabinete, teria assumido oficialmente tal compromisso.

A VOTAÇÃO

Esgotados os recursos utilizados pela oposição para impedir a votação do primeiro requerimento, Jarbas Passarinho colocou-o em votação. O requerimento foi rejeitado e, como aconteceu com todos os que se seguiriam em votação, foi solicitada verificação de quorum e votação nominal. Pela primeira vez, então, em quase dois meses, o PDS conseguiu dar quorum à votação.

A tática da Oposição, que seria encaminhar exaustivamente a votação de cada um dos outros oito requerimentos antes de iniciar a votação da Ordem do Dia propriamente dita, foi impedida pela aprovação de um requerimento de Murilo Badaró (PDS-MG) no sentido de manter a ordem da pauta, considerando-se prejudicados todos os demais pedidos de inversão.

O placar eletrônico não funcionou, a votação tornou-se nominal, houve várias questões de ordem apresentadas pela oposição contra o requerimento de Badaró — que não baseou seu pedido em qualquer artigo do Regimento do Senado, o que bastaria para invalidá-lo, segundo os oposicionistas — e Dirceu Cardoso (Sem partido-ES) apresentou até mesmo uma "subemenda ao requerimento", provocando risos no plenário. A discussão entre os senadores do Governo e da Oposição tornou-se áspera, tendo Jarbas Passarinho recomendado diversas vezes à taquigrafia que retirasse expressões consideradas anti-regimentais dos seus registros.

PRORROGAÇÃO

As 18h30m a sessão foi prorrogada por mais duas horas, de acordo com proposta de Jarbas Passarinho. A Oposição passou, então, a tentar recorrer da decisão de Passarinho, de modo a incluir novos requerimentos de inversão da Ordem do Dia antes de se passar à apreciação do item número um da pauta — o projeto de lei sobre coligação partidária.

Depois de novas questões de ordem e novas verificações de votação, Jarbas Passarinho finalmente colocou em votação o primeiro item da pauta. O autor do projeto de lei em questão, Humberto Lucena, sustentou que a matéria deveria ser debatida antes da votação. Passarinho deferiu seu pedido mas o Plenário impugnou sua decisão, forçando, então, a votação do projeto.

Foi a essa altura que a sessão foi prorrogada pela segunda vez, tendo a Oposição decidido permanecer em plenário até o final, para tentar impedir a votação do projeto.